



PERÚ • GUYANA • ECUADOR • BOLIVIA • BRASIL •  
GUYANA FRANCESA • SURINAM • VENEZUELA • COLOMBIA



## Amazônia Indígena exige que Estados e Organismos Internacionais tomem medidas contra políticas de exploração predatória dos recursos naturais em seu território

Assembleia Ordinária COICA, 12 e 13 de março de 2022

Os povos indígenas da bacia amazônica, através de diferentes espaços e ações, vêm constantemente alertando sobre a grave situação em que nossa mãe natureza e a vida da humanidade se encontram, em função do sistema de exploração dos recursos naturais de forma predatória (ecocida) dos governos e da sociedade atual, um alerta que foi confirmado pela ciência.

Destacamos a necessidade urgente de realizar ações em favor do planeta em espaços internacionais como o último Congresso Mundial de Conservação da IUCN, ocorrido em 2021, e a Convenção Marco das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas – COP 26, alertando que a Amazônia entrou em um ponto sem retorno e, para que ela mantenha suas funções ecológicas e cumpra seu papel como reguladora climática global, devemos pelo menos proteger 80% desta floresta até não mais do que 2025. O estado atual de deterioração da bacia amazônica ameaça não só o desaparecimento dos povos indígenas, mas também a própria vida do planeta. No entanto, os Estados e os Organismos não expressaram um compromisso sólido e falharam em mitigar de forma efetiva os efeitos das mudanças climáticas em nível global.

O estudo do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas - IPCC, divulgado em fevereiro deste ano, mostrou e disseminou que a gestão dos povos indígenas e comunidades territoriais em uso e gozo de seus direitos sobre seu território é a única solução viável para o planeta. Uma vez que outras ações e mecanismos empreendidos para mitigar as mudanças climáticas não produziram resultados e a crise climática se torna mais grave.

Os nove governos que compõem a bacia amazônica, que devem atender às nossas exigências, atuam com medidas anti-indígenas, aprovando concessões que violam o marco legal e os direitos constitucionais, que dividem a base, as organizações regionais e nacionais para impor suas políticas de "promoção de investimentos irresponsáveis", de ampliação da fronteira agrícola e exploração dos recursos naturais de forma predatória acima dos direitos territoriais dos povos indígenas, tornando-se responsável pela destruição da Amazônia.

Conseqüentemente, convocamos todos os países, a sociedade civil, as organizações não governamentais, a academia, os setores produtivos, os cientistas e filantropos, o mundo inteiro, a se unirem aos povos indígenas da Amazônia para realizar uma campanha pela verdadeira proteção da Amazônia. Executando ações urgentes e passando de protesto à proposta e com ela à ação conjunta.

Para atingir esses objetivos, nós da Coordenadoria de Organizações Indígenas da Bacia Amazônica - COICA, **EXIGIMOS:**

1. Aos governos do Suriname, Guiana Francesa e Guiana, o reconhecimento e a ratificação, respectivamente, dos direitos fundamentais dos povos indígenas dentro de sua



COORDINADORA DE LAS ORGANIZACIONES  
INDÍGENAS DE LA CUENCA AMAZÓNICA

PERÚ • GUYANA • ECUADOR • BOLIVIA • BRASIL •  
GUYANA FRANCESA • SURINAM • VENEZUELA • COLOMBIA



legislação, adotando de forma vinculativa as normas nacionais e internacionais vigentes de acordo com suas próprias realidades.

2. Que os mecanismos de financiamento para a mitigação e adaptação dos impactos das mudanças climáticas sejam simplificados e as necessidades dos povos amazônicos sejam atendidas para combater os impulsionadores do desmatamento.
3. Que os mecanismos de moratórias ou perdão de dívidas e de reestruturação da arquitetura financeira multilateral sejam acordados para eliminar cadeias de valor da exploração dos recursos naturais de forma predatória dos territórios indígenas amazônicos.
4. Que o compromisso de apoiar a proteção dos territórios indígenas com 1,7 bilhão de dólares nos próximos quatro anos, adotado na COP 26 por países e doadores privados, seja implementado com urgência, garantindo que a governança indígena faça parte do processo de planejamento e implementação dos recursos destinados à Amazônia, gerando mecanismos próprios e soluções inteligentes para que os recursos atinjam a proporção necessária e diretamente para as aldeias indígenas.
5. Que os governos da bacia amazônica garantam o uso e o gozo dos direitos coletivos e territoriais dos povos indígenas, conforme estabelecido por tratados internacionais, declarações e constituições nacionais, principalmente consulta e consentimento prévio, livre e informado de forma vinculante.
6. Que espaços multilaterais como a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica - ACTO e o Pacto de Letícia sejam ativados de acordo com seus objetivos, integrando efetivamente a governança regional indígena em seus planos e mesas de trabalho.
7. Que cada país da bacia amazônica reconheça e facilite os processos de demarcação, titulação e expansão dos territórios indígenas bem como o reconhecimento dos mecanismos de gestão territorial dos povos indígenas da bacia amazônica.
8. Que a sociedade global, em seu processo de transição ecológica obrigatória, considere mecanismos de cadeias de valor que reconheçam a integridade da biodiversidade dentro dos territórios indígenas, produtos e serviços que possam ser oferecidos pela economia indígena como solução para o consumismo excessivo que nos colocou na atual situação de crise.
9. Que o Acordo de Escazú, que garante a segurança e a vida dos defensores indígenas na bacia amazônica, seja efetivamente adotado e implementado.
10. Medidas urgentes para proteger a vida e a integridade dos povos indígenas altamente vulneráveis que vivem em Isolamento e Contato Inicial na Amazônia, que correm o risco de serem exterminados por invasões de seus territórios, nas mãos de atividades de exploração dos recursos naturais, colonização e megaprojetos.
11. Finalmente, convocamos nossos irmãos, nossas irmãs e as comunidades populares a defender seu território e alertar para qualquer interferência e perturbação que afete seus direitos.



PERÚ • GUYANA • ECUADOR • BOLIVIA • BRASIL •  
GUYANA FRANCESA • SURINAM • VENEZUELA • COLOMBIA



Convidamos você a assinar esta declaração e convocar nossos aliados mais próximos, os países que nos apoiaram e o público em geral a mudar a história da humanidade de uma vez por todas.

Amazônia viva, humanidade segura.

Quito, 14 de março de 2022

Atenciosamente,

**CONSELHO DIRETIVO DA COICA – CDC**

José Gregorio Díaz Mirabal  
**Coordenador Geral da COICA**

Tuntiak Katán Jua  
**Vice-coordenador Geral da COICA**

Elcio Da Silva Manchineri  
**Coordenador de Territórios e Recursos  
Naturais da COICA**

Adolfo Chávez Beyuma  
**Coordenador de Relações Internacionais e  
Cooperação**

Tabea Casique Coronado  
**Coordenadoras de Educação, Ciência e  
Tecnologia**

Michael John McGarrell  
**Coordenador de Políticas e Direitos  
Coletivos**

Irvin Ray Harvey Ristie  
**Coordenador de Comunicações e Saúde**

Claudette Labonté  
**Coordenadora da Mulher e da Família**

**CONSELHO DE COORDENAÇÃO DA COICA – CCC**

Marlon Richard  
**Presidente CONFENIAE (Ecuador)**

Tomas Candia Vargas  
**Presidente CIDOB (Bolívia)**

Julio Cusurichi  
**Delegado AIDSESEP (Peru)**

Eligio da Costa Evaristo  
**Presidente ORPIA (Venezuela)**

Fany Kuiru  
**Delegado OPIAC (Colômbia)**

Sirito Yana Aloema  
**Presidente do OIS (Suriname)**

Lemmel Benson Thomas  
**Presidente APA (Guiana)**

Francinara Soares  
**Coordenador da COIAB (Brasil)**



COORDINADORA DE LAS ORGANIZACIONES  
INDÍGENAS DE LA CUENCA AMAZÓNICA

PERÚ • GUYANA • ECUADOR • BOLIVIA • BRASIL •  
GUYANA FRANCESA • SURINAM • VENEZUELA • COLOMBIA

